Proposta de Regulamento Municipal de Publicidade e Ocupação do Domínio Público

PREÂMBULO

O disposto no artigo 11.º da Lei n.º 97/88, de 17 Agosto, sobre afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda, determina a obrigatoriedade de elaboração de regulamentos municipais de execução do regime nela contemplado.

Com a publicação Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril, diploma que simplifica o regime de exercício de diversas actividades económicas, no âmbito da iniciativa "Licenciamento Zero", foram introduzidas alterações no regime da afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda previsto na Lei n.º 97/88, de 17 de Agosto, de modo a eliminar o licenciamento municipal para a afixação ou inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, quando relacionadas com a actividade do estabelecimento. É ainda simplificado o regime da ocupação do espaço público, substituindo-se o licenciamento por uma mera comunicação prévia para determinados fins habitualmente conexos com estabelecimentos de restauração ou de bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenagem.

Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 53.º, n.º 2, alínea a) e 64.º, n.º 6, alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, compete à Câmara Municipal elaborar propostas de regulamentos a submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

Nos termos do artigo 11.º da Lei 97/88 compete à assembleia municipal, por iniciativa própria ou proposta da câmara municipal, a elaboração dos regulamentos necessários à execução da referida lei, tendo aquele órgão aprovado o presente regulamento em sessão de 28 de Abril de 2012.

Nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo foi submetido a apreciação pública por um período de 30 dias, tendo sido publicado a proposta de Regulamento na página eletrónica do Município e remetido para pronúncia às seguintes entidades:

- a) O Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.;
- b) A Estradas de Portugal, S. A.;
- c) O Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.;
- d) O Turismo de Portugal, I. P.;
- e) O Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.;
- f) A Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária;
- g) Direção Geral do Consumidor;
- h) Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica e de Publicidade (CACMEP).

Durante aquele período pronunciaram-se o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, IP, a Direção Geral do Consumidor e a Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica e de Publicidade. Foram incorporadas as sugestões do ICNB e da Direção Geral do Consumidor. A CACMEP não apresentou quaisquer sugestões, manifestando nada a opor àquela proposta regulamentar.

PARTE I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Legislação habilitante e aprovação

O presente Regulamento é elaborado nos termos das competências conferidas pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, Lei n.º 97/88, de 17 Agosto, alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, e alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169 /99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e Decreto-Lei n.º 48/2011.

Artigo 2.º

Definições

1. Para efeitos deste Regulamento, entende-se por:

- a. Actividade publicitária - conjunto de operações relacionadas com a difusão de uma mensagem publicitária junto dos seus destinatários, bem como as relações jurídicas e técnicas daí emergentes entre anunciantes, profissionais,

- agências de publicidade e entidades que explorem os suportes publicitários ou que efectuem as referidas operações;
- b. Alpendre - elemento rígido, com predomínio da dimensão horizontal, fixo aos paramentos das fachadas e com função decorativa ou de protecção contra agentes climatéricos;
 - c. Anunciante - pessoa singular ou colectiva no interesse de quem se realiza a publicidade;
 - d. Anúncio iluminado - todo o suporte sobre o qual se faça incidir intencionalmente uma fonte de luz;
 - e. Anúncio luminoso - todo o suporte que emita luz própria;
 - f. Anúncio ou reclamo electrónico - sistema computadorizado de emissão de mensagens e imagens e/ou possibilidade de ligação a circuitos de televisão e vídeo e similares;
 - g. Balão, insuflável e semelhantes - todos os suportes que, para a sua exposição no ar, careçam de gás, podendo estabelecer-se a ligação ao solo por elementos de fixação;
 - h. Bandeirola – o suporte rígido que permaneça oscilante, afixado em poste ou estrutura idêntica;
 - i. Cartaz - toda a mensagem publicitária ou de propaganda, inscrita em papel, tela, ou plástico, para afixação.
 - j. Chapa - suporte não luminoso aplicado ou pintado em paramento visível e liso, com a sua maior dimensão não excedendo os 0,60 m e a máxima saliência não excede 0,05m;
 - k. Destinatário - a pessoa singular ou coletiva a quem a mensagem publicitária se dirige ou que por ela, de qualquer forma, seja atingida;
 - l. Domínio público, todos os espaços públicos ou afectados ao domínio público municipal, nomeadamente passeios, avenidas, alamedas, ruas, praças, caminhos, pontes, viadutos, parques, jardins, fontes e demais bens municipais, incluindo solo e subsolo
 - m. Equipamento - todo o elemento ou conjunto de elementos que, mediante instalação total ou parcial da via pública, por si ou instrumentalmente, se destinem a satisfazer ou a complementar uma actividade económica a título precário ou sazonal;
 - n. Esplanada aberta: a instalação no espaço público de mesas, cadeiras, guarda-ventos, guarda-sóis, estrados, floreiras, tapetes, aquecedores verticais e outro mobiliário urbano, sem qualquer tipo de protecção fixa ao solo, destinada a apoiar estabelecimentos de restauração ou de bebidas e similares ou empreendimentos turísticos;
 - o. Expositor, a estrutura própria para apresentação de produtos comercializados no interior do estabelecimento comercial, instalada no espaço público;
 - p. Floreira, o vaso ou receptáculo para plantas destinado ao embelezamento, marcação ou protecção do espaço público;
 - q. Guarda-vento, a armação que protege do vento o espaço ocupado por uma esplanada;
 - r. Instalação do equipamento - a sua implantação, aposição ou exibição no solo, subsolo ou no espaço aéreo;
 - s. Letras soltas ou símbolos, a mensagem publicitária não luminosa, directamente aplicada nas fachadas dos edifícios, nas montras, nas portas ou janelas;
 - t. Mupi - tipo de mobiliário urbano destinado a publicidade iluminada, podendo em alguns casos conter também informação;
 - u. Outros suportes publicitários - Todos os instrumentos, veículos, ou objectos utilizados para transmitir mensagens publicitárias não incluídas no elenco supra.
 - v. Painei - suporte constituído por moldura com estrutura própria, fixado directamente no solo;
 - w. Pendão - o suporte não rígido que permaneça oscilante, afixado em poste ou estrutura idêntica;
 - x. Placa - o suporte não luminoso aplicado em paramento visível, com ou sem emolduramento, cuja maior dimensão não excede 1,50 m;

- y. Profissional ou agência de publicidade - pessoa singular que exerce a actividade publicitária, ou pessoa colectiva cuja actividade tenha por objectivo exclusivo o exercício da actividade publicitária;
- z. Publicidade - qualquer forma de comunicação feita por entidades de natureza pública ou privada, no âmbito de uma actividade comercial, industrial, artesanal, ou liberal, com o objectivo, directo ou indirecto, de promover, com vista à sua comercialização ou alienação, quaisquer bens ou serviços, bem como ideias, princípios, iniciativas, ou instituições; qualquer forma de comunicação da Administração Pública, não prevista no parágrafo anterior, que tenha objectivo, directo ou indirecto, promover o fornecimento de bens ou serviços;
- aa. Publicidade sonora - a actividade publicitária que utiliza o som como elemento de divulgação da mensagem publicitária;
- bb. Sanefa - o elemento vertical de protecção contra agentes climatéricos, feito de lona ou material similar, colocado transversalmente na parte inferior dos toldos, no qual pode estar inserida uma mensagem publicitária;
- cc. Suporte publicitário - o meio utilizado para a transmissão de uma mensagem publicitária;
- dd. Tabuleta - o suporte não luminoso, afixado perpendicularmente às fachadas dos edifícios, que permite a afixação de mensagens publicitárias em ambas as faces;
- ee. Toldo - toda a cobertura amovível que sirva para abrigar do sol ou da chuva, aplicável a vãos de portas, janelas, montras e fachadas de estabelecimentos comerciais, e onde estejam inscritas mensagens publicitárias;
- ff. Unidades móveis publicitárias, veículos automóveis e outro meio de locomoção - veículos exclusivamente para o exercício da actividade publicitária.

PARTE II DA PUBLICIDADE

CAPÍTULO I Artigo 3º Âmbito

1. A presente parte aplica-se a qualquer forma de comunicação feita por entidades de natureza pública ou privada, no âmbito de uma actividade comercial, industrial, artesanal ou liberal, com o objetivo direto ou indireto de:
 - a. Promover, com vista à sua comercialização ou alienação, quaisquer bens ou serviços;
 - b. Promover ideias, princípios, iniciativas ou instituições.
2. Considera-se, também, publicidade qualquer forma de comunicação da Administração Pública, não prevista no número anterior, que tenha por objetivo, direto ou indireto, promover o fornecimento de bens ou serviços.
3. Está excluída do âmbito de aplicação deste regulamento:
 - a. A afixação de mensagens sem fins comerciais;
 - b. A afixação de propaganda política, sindical ou religiosa.

Artigo 4.º Licenciamento

1. A afixação ou inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial obedece às regras gerais sobre publicidade e depende do licenciamento prévio da Câmara Municipal.
2. A deliberação da câmara municipal deve ser precedida de parecer das entidades com jurisdição sobre os locais onde a publicidade for afixada, nomeadamente:
 - a. O Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.;
 - b. A Estradas de Portugal, S. A.;
 - c. O Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.;
 - d. O Turismo de Portugal, I. P.;

- e. O Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.o qual deverá emitir autorização;
- f. A Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.

Artigo 5.º

Objectivos do licenciamento

O licenciamento da publicidade e da propaganda, deve prosseguir os seguintes objectivos:

- a. Não provocar obstrução de perspectivas panorâmicas, afectar a estética ou o ambiente dos lugares ou da paisagem;
- b. Não prejudicar a beleza ou o enquadramento de monumentos nacionais, de edifícios de interesse público ou outros susceptíveis de serem classificados pelas entidades públicas;
- c. Não causar prejuízos a terceiros;
- d. Não afectar a segurança das pessoas ou das coisas, nomeadamente na circulação rodoviária;
- e. Não apresentar disposições, formatos, ou cores que possam confundir-se com os de sinalização de trânsito, ou prejudicar a sua visibilidade;
- f. Não prejudicar a circulação de peões, especialmente dos deficientes, e de veículos de socorro ou emergência.

Artigo 6.º

Isonções

1. Sem prejuízo das regras sobre a utilização do espaço público e do regime jurídico da conservação da natureza e biodiversidade e do Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês, a afixação e a inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial não estão sujeitas a licenciamento, a autorização, a autenticação, a validação, a certificação, a actos emitidos na sequência de comunicações prévias com prazo, a registo ou a qualquer outro acto permissivo, nem a mera comunicação prévia nos seguintes casos:
 - a. Quando as mensagens publicitárias de natureza comercial são afixadas ou inscritas em bens de que são proprietárias ou legítimas possuidoras ou detentoras entidades privadas e não são visíveis ou audíveis a partir do espaço público;
 - b. Quando as mensagens publicitárias de natureza comercial são afixadas ou inscritas em bens de que são proprietárias ou legítimas possuidoras ou detentoras entidades privadas e a mensagem publicita os sinais distintivos do comércio do estabelecimento ou do respectivo titular da exploração ou está relacionada com bens ou serviços comercializados no prédio em que se situam, ainda que sejam visíveis ou audíveis a partir do espaço público;
 - c. Quando as mensagens publicitárias de natureza comercial ocupam o espaço público contíguo à fachada do estabelecimento e publicitam os sinais distintivos do comércio do estabelecimento ou do respectivo titular da exploração ou estão relacionadas com bens ou serviços comercializados no estabelecimento.
2. No caso dos bens imóveis, a afixação ou a inscrição de mensagens publicitárias no próprio bem consideram-se abrangidas pelo disposto na alínea b) do número anterior.

Artigo 7.º

Restrições de interesse histórico, cultural, arquitectónico ou paisagístico

1. É proibido a realização de inscrições ou pinturas murais em monumentos nacionais, edifícios religiosos, sedes de órgão de soberania, de regiões autónomas ou de autarquias locais, tal como em sinais de trânsito, placas de sinalização rodoviária, interior de quaisquer repartições ou edifícios públicos e centros históricos como tal declarados ao abrigo da competente regulamentação urbanística.
2. É proibida a afixação e a inscrição de mensagens publicitárias em qualquer bem sem o consentimento dos proprietários, possuidores ou detentores dos mesmos.

Artigo 8.º

Restrições impostas pela segurança pública e pela circulação de pessoas e veículos

A afixação ou inscrição de mensagens publicitárias não pode ser promovida sempre que prejudique:

- a. A segurança de pessoas ou bens, nomeadamente, em circulação rodoviária;
- b. A iluminação pública;
- c. A visibilidade de placas toponímicas, semáforos e sinais de trânsito;
- d. A circulação dos peões, especialmente dos deficientes;
- e. A circulação de veículos, em virtude das inscrições, formatos, ou cores utilizadas e a localização dos respectivos suportes, poderem induzir em erro os condutores.

Artigo 9.º

Restrições estéticas e ambientais

Não podem ser afixadas, inscritas, ou distribuídas mensagens publicitárias que, por si só ou através dos meios ou suportes que utilizam, afectem a estética ou o ambiente dos lugares ou da paisagem, ou causem danos a terceiros, nomeadamente:

- a. Faixas de pano, plástico, papel ou outro material semelhante que atravessem a via pública;
- b. Cartazes ou afins afixados sem suporte autorizado, através de colagem ou outros meios semelhantes;
- c. Meios ou suportes que afectem a salubridade dos espaços públicos;
- d. Suportes situados nos passeios, que excedam a frente do estabelecimento.

Artigo 10.º

Restrições à utilização de referências ao Parque nacional da Peneda-Gerês

A publicidade a afixar ou inscrever não poderá fazer referências ao Parque Nacional da Peneda-Gerês, incluindo através de filmagens ou fotografias para esse fim, salvo em produtos ou serviços devidamente credenciados pelo ICNB, I.P., na promoção de alojamentos, estabelecimentos de restauração, agentes de animação turística ou similares localizados no território do Parque Nacional da Peneda-Gerês e na promoção do território do mesmo Parque por entidades públicas.

Artigo 10.º

Restrições de ordem pública, moral e bons costumes

A publicidade a afixar ou inscrever não poderá recorrer a mensagens que manifestamente sejam ofensivas para grupos ou sectores da sociedade, ou que ponham em causa a ordem pública.

Artigo 11.º

Ortografia

1. As mensagens publicitárias devem ser escritas em língua portuguesa.
2. Só é permitida a utilização de línguas de outros países na mensagem publicitária, mesmo que em conjunto com a língua portuguesa, quando aquela tenha os estrangeiros por destinatários exclusivos ou principais, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
3. É admitida a utilização excepcional de palavras ou de expressões em línguas de outros países quando necessárias à obtenção do efeito visado na concepção da mensagem.

CAPÍTULO II

PROCESSO DE LICENCIAMENTO

Artigo 12.º

Pedido de licenciamento

1. A emissão de licença para afixação ou inscrição de mensagens publicitárias depende de requerimento, em duplicado, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal.
2. O requerimento inicial deve ser apresentado com antecedência de, pelo menos, 30 dias relativamente ao início do período durante o qual se pretende afixar, inscrever ou difundir a mensagem publicitária.
3. Quando a emissão de licença depender de parecer das entidades com jurisdição sobre os locais onde a publicidade for afixada, o requerimento inicial deve ser apresentado

com antecedência de pelo menos, 60 dias relativamente ao início do período durante o qual se pretende afixar, inscrever ou difundir a mensagem publicitária.

Artigo 13.º

Licenciamento cumulativo

1. O licenciamento para afixação ou inscrição de mensagens publicitárias através de meios ou suporte que, por si só, exijam licenciamento ou autorização para obras de construção civil deve ser requerido, cumulativamente, nos termos da legislação em vigor.
2. Quando a publicidade aprovada implique obras em passeios ou outros espaços públicos, é da responsabilidade do titular da licença a reposição dos mesmos no estado anterior à colocação dos meios ou suportes publicitários.
3. Os restantes meios ou suportes, cujo fim principal seja a publicidade, estão apenas sujeitos a licenciamento para afixação ou inscrição de mensagens publicitárias.

Artigo 14.º

Elementos obrigatórios

1. O requerimento deve conter obrigatoriamente:
 - a. O nome ou designação, bilhete de Identidade/cartão de cidadão, a identificação fiscal e a residência ou sede do requerente;
 - b. A qualidade em que requer;
 - c. A indicação exacta do local pretendido para a publicidade;
 - d. Descrição do meio ou suporte a utilizar;
 - e. Período de utilização pretendido.
2. Ao requerimento deve ser junto, em duplicado:
 - a. Memória descritiva do projecto com indicação dos materiais, forma, e cores;
 - b. Desenho do meio ou suporte, com indicação da forma, dimensões, balanço de afixação e distâncias relativamente ao solo e ao extremo do respectivo passeio;
 - c. Fotografia a cores no formato mínimo de 10x15cm indicando o local previsto para a afixação;
 - d. Fotomontagem esclarecedora do pretendido quanto à afixação do suporte publicitário;
 - e. No caso de suportes publicitários a colocar em fachada de edifícios, desenho dos alçados de conjunto numa extensão de 10 metros para cada um dos lados, desenho do alçado e corte cotado esclarecedor do pretendido, à escala mínima de 1/100 ou 1/50, com a integração do suporte publicitário e com indicação dos materiais, cores e texturas a utilizar;
 - f. Planta de localização, fornecida ou autenticada pela Câmara Municipal, com indicação precisa do local previsto para a respectiva instalação;
 - g. Outros documentos que o requerente entenda esclarecerem a sua pretensão.
3. Quando a implantação pretendida se situe em zonas de jurisdição de outras entidades ou zonas de protecção a monumentos nacionais e imóveis de interesse público, dos elementos referidos no número anterior devem ser entregues tantas cópias quantas as entidades a consultar.
4. Conjuntamente com o requerimento, deve ainda ser apresentado documento comprovativo de que o requerente é proprietário, co-proprietário, possuidor, locatário ou titular de outros direitos sobre os bens afectos ao domínio privado onde se pretende afixar ou inscrever a mensagem publicitária, ou, se não o for, deve juntar autorização escrita do respectivo proprietário ou possuidor, bem como documento comprovativo dessa qualidade.
5. Quando os elementos publicitários se destinem a ser instalados em prédio que seja submetido ao regime de propriedade horizontal, e não esteja abrangido pela isenção da al. b) do n. 1 do artigo 6.º, deverá o requerente apresentar cópia da acta da assembleia-geral do condomínio autorizando a instalação dos elementos publicitários que se pretende licenciar.

Artigo 15.º

Sanação e apreciação liminar

1. Nos 10 dias seguintes à data da entrada do requerimento o Presidente da Câmara pode ordenar a junção ao processo dos seguintes elementos:
 - a. A apresentação de elementos instrutórios elencados no artigo anterior;
 - b. A indicação de outros elementos, sempre que se verifiquem dúvidas susceptíveis de comprometer a apreciação do pedido;
 - c. Autorização de outros proprietários, co-proprietários ou locatários, por escrito e com as respectivas assinaturas devidamente reconhecidas nessa qualidade, no caso de pessoas colectivas, ou a junção de fotocópias do bilhete de identidade no caso de pessoas singulares, que possam vir a sofrer danos com a afixação ou inscrição pretendida, desde que qualquer interessado manifeste a sua oposição;
 - d. Desenho que pormenorize a instalação, indicando as distâncias a outros elementos próximos, às escalas 1:100 ou 1:50, e ainda ao passeio;
 - e. Termo de responsabilidade assinado por técnico habilitado, relativo a danos que o suporte publicitário possa vir a provocar em pessoas ou bens, sempre que tal se justifique pelas dimensões, características ou específicas condições de instalação do suporte, e a complementar no acto de levantamento do alvará, com contrato de seguro de responsabilidade civil.
 - f. Outros elementos solicitados pelas entidades externas.
2. O pedido será rejeitado liminarmente se não forem indicados ou juntos os elementos solicitados, no prazo de 15 dias contados da data da notificação.

Artigo 16.º

Deliberação final

1. A deliberação sobre o pedido de licenciamento deve ser proferida no prazo de 30 dias, contados da data em que o processo esteja devidamente instruído com todos os elementos necessários à decisão.
2. A deliberação da Câmara Municipal deverá ser precedida de parecer dos serviços técnicos.
3. Em caso, de deferimento, a notificação da deliberação deve incluir a indicação do local e do prazo para o levantamento do alvará de licença e para o pagamento da taxa respectiva.
4. O licenciamento caduca se não for levantado o alvará de licença de publicidade no prazo de 30 dias a contar da sua notificação.

Artigo 17.º

Licença de publicidade

1. A licença é concedida sem prazo temporal, excepto quando se destine a afixação, inscrição ou difusão de mensagem publicitária, relativa a evento a ocorrer em data determinada, caso em que caducam nessa data, ou quando se destine a Mupi ou equipamento instalado em domínio público, caso em que terá a periodicidade da licença de ocupação do espaço público.
2. Sempre que, pelas suas dimensões, características, ou específicas condições de instalação, o suporte publicitário possa constituir perigo para a segurança de pessoas ou bens, a Câmara Municipal pode condicionar o levantamento do alvará de licença à apresentação de contrato de seguro de responsabilidade civil.
3. O titular só pode exercer os direitos que lhe são conferidos pelo licenciamento depois do pagamento da taxa respectiva.

Artigo 18.º

Taxas

Sem prejuízo das taxas devidas pela intervenção de entidades externas a consultar, ao licenciamento aplicam-se as taxas e isenções previstas no regulamento de liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais e tabela anexa.

Artigo 19.º

Obrigações do titular da licença

Constituem obrigações do titular da licença de publicidade:

- a. Manter o suporte publicitário em boas condições de conservação, funcionamento e segurança;
- b. Retirar a mensagem publicitária e respectivo suporte quando ordenado pelo Presidente da Câmara Municipal por razões de segurança, salubridade ou por violação de quaisquer normas legais ou regulamentares.
- c. Eliminar quaisquer danos em bens públicos ou privados resultantes da afixação ou inscrição da mensagem publicitária;
- d. Cumprir as prescrições estipuladas na licença e no presente Regulamento.

Artigo 20.º **Indeferimento**

1. Constituem motivos de indeferimento do licenciamento:
 - a. A violação de disposições legais e regulamentares e/ou de normas técnicas gerais e específicas aplicáveis, constantes ou não do presente Regulamento;
 - b. A existência, no mesmo espaço ou local, de qualquer mensagem publicitária devidamente licenciada;
 - c. A decisão, proferida há menos de um ano, que aplique ao requerente coima por infracção ao disposto neste Regulamento ou na legislação geral sobre publicidade;
 - d. A reincidência, durante o prazo de um ano, na não remoção dos suportes publicitários, quando a mesma tenha sido exigida nos termos deste Regulamento.
 - e. O parecer negativo ou recusa de aprovação ou autorização de qualquer entidade consultada nos termos do presente regulamento cuja decisão seja vinculativa.
2. A deliberação de indeferimento do pedido de licenciamento ou de renovação da licença deve ser fundamentada, de facto e de direito, e comunicada ao requerente.

Artigo 21.º **Revogação**

A licença para afixação, inscrição, ou difusão de mensagens publicitárias pode ser revogada sempre que:

- a. Situações excepcionais de imperioso interesse público, devidamente fundamentadas, o exijam;
- b. O titular da licença não cumpra as normas legais e regulamentares a que está sujeito, ou quaisquer obrigações a que se tenha vinculado em virtude do licenciamento;
- c. O titular da licença proceda à substituição, alteração ou modificação, sem licença municipal, dos anúncios ou reclamos para os quais haja sido concedida licença.

Artigo 22.º **Remoção dos suportes publicitários**

1. Em caso de caducidade ou de revogação da licença, deve o respectivo titular proceder à remoção dos suportes publicitários, no prazo de 8 dias contados, respectivamente, da caducidade da licença ou da notificação do acto de revogação.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, pode a Câmara Municipal ordenar a remoção do suporte publicitário, sempre que se verifique qualquer das seguintes circunstâncias:
 - a. Afixação ou inscrição de publicidade sem prévio licenciamento ou em desconformidade com o estipulado neste Regulamento;
 - b. Desrespeito pelos termos da licença, nomeadamente alteração do meio difusor, do conteúdo da mensagem publicitária, ou do material autorizado a ser utilizado para a sua afixação ou inscrição.
3. Para efeitos do número anterior, deve a Câmara Municipal notificar o infractor, fixando-lhe o prazo de 8 dias, para proceder à remoção do suporte publicitário.
4. Caso o titular da licença ou o infractor não tenha procedido, dentro do prazo fixado, à remoção dos suportes publicitários, pode a Câmara Municipal efectuar a remoção.

5. Sempre que a Câmara Municipal proceda à remoção dos suportes publicitários, nos termos do presente artigo, o titular da licença ou o infractor é responsável pelo pagamento de todas as despesas ocasionadas, nos termos estabelecidos no Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas (Serviços ou obras executadas pela Câmara em substituição dos responsáveis).
6. No caso de suportes publicitários cuja gestão ou exploração caiba a agências de publicidade, é obrigatória a prestação de caução de valor pelo menos igual ao dobro da taxa, a prestar aquando do levantamento do alvará de licença, e que será restituída após a verificação, pelos serviços municipais competentes, de que a remoção foi efectuada.

Artigo 23.º

Publicidade abusiva

Sem prejuízo do disposto no artigo anterior e da eventual aplicação de coimas e sanções acessórias, a Câmara Municipal pode, independentemente de prévia notificação, proceder à remoção de suportes publicitários sempre que tenha havido uma utilização abusiva do espaço público.

Artigo 24.º

Alteração da mensagem publicitária

Qualquer alteração da mensagem publicitária aprovada ou comunicada à Câmara Municipal, implica novo pedido de licenciamento/comunicação.

CAPITULO III SUPORTES PUBLICITÁRIOS

SECÇÃO I

TABULETAS, PAINÉIS, BANDEIROLAS, TOLDOS, CARTAZES, ALPRENDES, CHAPAS, PLACAS E LETRAS SOLTAS OU SÍMBOLOS

Artigo 25.º

Dimensões

1. As dimensões dos suportes publicitários previstos nesta secção serão sempre consideradas à escala relativa ao edifício a que se destinarem.
2. As tabuletas ou bandeiras não podem exceder as seguintes dimensões:
 - a. Saliência máxima referida ao plano da parede de 0,60 metros, sem exceder metade da largura do passeio correspondente, caso exista, com a distância mínima de 2 metros entre o seu ponto mais saliente ao plano da fachada e o eixo do arruamento, por forma a garantir uma passagem livre mínima de 4 metros para veículos.
3. Os painéis não podem exceder 12 metros de largura por 3 metros de altura.
4. As bandeirolas não podem exceder 0,60 metros de largura por 1 metro de altura.
5. Na afixação de toldos e de alpendres não pode ser excedido o balanço de 3 metros ou a largura do passeio, quando este exista, nem uma distância mínima ao solo de 2,20 m, nem lateralmente os limites das instalações pertencentes à actividade publicitada.
6. As chapas não podem exceder de 0,60 metros, nas duas dimensões, nem ter saliência superior a 0,05 metros.
7. As placas não podem ter dimensão superior aos limites das instalações pertencentes à actividade publicitada.
8. As letras soltas e os símbolos não podem exceder a dimensão de 0,40 metros de altura, nem ter saliência superior a 0,10 metros.

SECÇÃO II

ANÚNCIOS OU RECLAMOS LUMINOSOS, ILUMINADOS E ELECTRÓNICOS

Artigo 26.º

Dimensões

1. As dimensões dos suportes publicitários previstos nesta secção serão sempre consideradas à escala relativa do edifício a que se destinarem.

2. Os anúncios e reclamos não podem exceder as seguintes dimensões:
 - a. Saliência máxima referida ao plano da parede de 0,60 metros, sem exceder metade da largura do passeio correspondente, caso exista, com a distância mínima de 2 metros entre o seu ponto mais saliente ao plano da fachada e o eixo do arruamento, por forma a garantir uma passagem livre mínima de 4 metros para veículos.

Artigo 27.º

Condições de instalação

1. Não é permitida a colocação de mais do que dois anúncios ou reclamos por estabelecimento, na fachada do edifício.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a instalação de anúncios ou reclamos deve obedecer às seguintes condições:
 - a. A instalação perpendicular ao plano das fachadas não pode prejudicar enfiamentos visuais ao longo das vias;
 - b. A distância mínima ao solo é de 2,60 metros;
 - c. Sem prejuízo do disposto nas alíneas anteriores, nos casos em que o anúncio ou reclamo tiver um balanço até 0,15 metros, a distância mínima ao solo é de 2,20 metros.
3. As estruturas dos anúncios e reclamos devem, tanto quanto possível, ficar encobertas e ser pintadas com a cor mais adequada ao espaço arquitectónico a que os suportes publicitários se destinam.
4. A instalação de anúncios e reclamos na cobertura de edifícios deve obedecer às seguintes condições:
 - a. Os anúncios e reclamos devem ser aplicados directamente sobre o paramento das paredes;
 - b. Os anúncios e reclamos não podem ser colocados de modo tal que ocultem elementos decorativos ou outros com interesse na composição arquitectónica das fachadas.

Artigo 28.º

Estudo de estabilidade e termo de responsabilidade

1. Sem prejuízo dos demais elementos obrigatórios, no caso de instalação de anúncio ou reclamo na cobertura de edifícios, deve ser junto com o requerimento inicial um estudo de estabilidade do suporte publicitário em causa assinado por técnico habilitado, inscrito numa associação profissional, nos termos da lei 31/2009.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior e sempre que a instalação do anúncio ou reclamo seja feita a uma distância do solo superior a 4 metros, ou que as dimensões ou o peso do suporte publicitário impliquem a construção de aparato de sustentação, deve ser junto com o requerimento inicial, termo de responsabilidade assinado por técnico habilitado, inscrito numa associação profissional, a complementar, no acto de levantamento do alvará, com contrato de seguro de responsabilidade civil.

SECÇÃO III

VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, TRANSPORTES PÚBLICOS, TÁXIS E OUTROS MEIOS DE LOCOMOÇÃO TERRESTRES OU AÉREOS

Artigo 29.º

Licenciamento

1. A afixação ou inscrição de mensagens publicitárias em veículos automóveis, transportes públicos, táxis e outros meios de locomoção terrestres ou aéreos que circulem na área do Município que não esteja abrangida pela isenção da al. b) do n. 1 do artigo 6.º carece de licenciamento da Câmara Municipal, nos termos deste Regulamento.
2. A actividade publicitária em veículos que não lhe estejam primordialmente afectos e que se destine a ser produzida em vários concelhos não está sujeita a licenciamento pela Câmara Municipal, se estiver licenciada por outro município e o titular do veículo tiver a sua residência, sede, ou representação, fora do Município.
3. Não constitui mensagem publicitária a afixação ou inscrição do nome, firma, ou denominação.

4. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do presente artigo, deve ser dado cumprimento às regras do Código da Estrada respeitantes ao estacionamento de veículos automóveis, sob pena de, tomando conhecimento de qualquer infracção, a Câmara Municipal proceder à respectiva comunicação à autoridade policial competente.

Artigo 30.º

Meios aéreos

1. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, o licenciamento da actividade publicitária que utilize avionetas ou outros meios aéreos, depende de prévia e expressa autorização das entidades com jurisdição sobre o espaço aéreo que se pretende atravessar na difusão da mensagem publicitária.
2. A actividade publicitária referida no n. 1 que implique o sobrevoo de aeronaves com motor abaixo dos 1.000 pés em área sujeita a regime de protecção do Parque Nacional Peneda-Gerês, depende de parecer do ICNB.
3. Não pode ser licenciada a afixação de mensagens publicitárias em meios ou suportes aéreos que invadam zonas sujeitas a servidões militares ou aeronáuticas, excepto se aquela for prévia e expressamente autorizado pela entidade com jurisdição sobre esses espaços.
4. Após o deferimento de pedido, o levantamento da licença será condicionado à entrega do contrato de seguro de responsabilidade civil.

Artigo 31.º

Termo de responsabilidade

Sem prejuízo dos demais elementos obrigatórios, sempre que o suporte publicitário utilizado exceda as dimensões do veículo, deve ser junto com o requerimento inicial termo de responsabilidade assinado por técnico habilitado, inscrito numa associação profissional, a complementar, no acto do levantamento do alvará, com contrato de seguro de responsabilidade civil.

SECÇÃO IV PUBLICIDADE SONORA

Artigo 32.º

Condições de utilização

1. A publicidade sonora deve respeitar os limites estabelecidos na legislação aplicável a actividades ruidosas.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, não será permitida a utilização de publicidade sonora entre as 22 horas e as 9 horas do dia seguinte, podendo a Câmara Municipal restringir ou alargar estes limites, desde que no caso concreto se verifiquem circunstâncias que fundadamente o justifiquem.
3. É proibida a utilização de publicidade sonora por vendedores ambulantes e por feirantes.

SECÇÃO V BALÕES SUSPENSOS POR AERÓSTATO

Artigo 33.º

Condicionamentos ao licenciamento

1. O licenciamento de balões com publicidade deve ser precedido de autorização expressa dos titulares de direitos ou das entidades com jurisdição sobre os espaços onde se pretende a sua instalação.
2. Apenas é permitida a utilização de balões suspensos por aeróstato.

CAPÍTULO IV

Artigo 34.º

Publicação

Os critérios definidos serão divulgados no 'Balcão do Empreendedor', acessível pelo Portal da Empresa, sem prejuízo da sua publicação nos sítios da Internet do município de Melgaço.

Artigo 35.º

Fiscalização

Sem prejuízo da competência atribuída por lei a outras entidades, incumbe aos serviços municipais a fiscalização do disposto no presente Regulamento.

Artigo 36.º

Infracções ao Código da Publicidade

As infracções ao regime jurídico da publicidade e do regime das práticas comerciais desleais em matéria de publicidade serão comunicadas á Direção Geral do Consumidor para efeitos de instauração de processos de contraordenação.

Artigo 37.º

Contra-ordenações

1. Constitui contra-ordenação punível com coima a violação de quaisquer normas constantes do presente Regulamento.
2. Os titulares do interesse económico na publicidade e os respectivos agentes são solidariamente responsáveis pela reparação dos prejuízos causados a terceiros.
3. À determinação da coima, das sanções acessórias e às regras do processo aplicam-se as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de Setembro, e demais legislação aplicável.
4. Sempre que a urgência ou a gravidade da infracção o justifiquem, os meios de afixação e inscrição de mensagens publicitárias instalados ilegalmente podem ser retirados antes da conclusão do processo de contra-ordenação, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 38.º

Sanções Acessórias

1. Em função da gravidade da infracção e da culpa do agente, simultaneamente com a coima podem ser aplicadas as sanções acessórias de encerramento de estabelecimento e de interdição do exercício de actividade, com os seguintes pressupostos de aplicação:
 - a. A interdição do exercício de actividade apenas pode ser decretada se o agente praticar a contra-ordenação com flagrante e grave abuso da função que exerce ou com manifesta e grave violação dos deveres que lhe são inerentes;
 - b. O encerramento do estabelecimento apenas pode ser decretado quando a contra-ordenação tenha sido praticada por causa do funcionamento do estabelecimento.
2. A duração da interdição do exercício de actividade e do encerramento do estabelecimento não pode exceder o período de dois anos.

Artigo 39.º

Coimas

1. A afixação ou inscrição de mensagens publicitárias que não tenha sido precedido de licenciamento é punível com coima de € 150 a € 1.250, para pessoas singulares, e de € 300 a € 2500, para pessoas colectivas.
2. A afixação ou inscrição de mensagens publicitárias que não respeitem as condições previstas na respectiva licença, designadamente quanto ao meio difusor, ao conteúdo da mensagem publicitária, ou ao material autorizado a ser utilizado, é punível com coima de € 100 a € 750, para pessoas singulares, e de € 200 a € 1.500, para pessoas colectivas.
3. A afixação ou inscrição de mensagens publicitárias em local diverso do previsto na licença é punível com coima de € 150 a € 1.250, para pessoas singulares, e de € 300 a € 2.500 para pessoas colectivas.
4. A afixação ou inscrição de mensagens publicitárias em desrespeito pelas normas relativas às características e condições a observar na instalação e utilização dos diversos suportes publicitários é punível com coima de € 100 a € 750, para pessoas singulares, e de € 200 a € 1.500, para pessoas colectivas.

5. A não remoção dos suportes publicitários nas condições estabelecidas e / ou dentro do prazo fixado para esse efeito é punível com coima de € 150 a € 1.250, para pessoas singulares, e de € 300 a € 2.500, para pessoas colectivas.
6. Para efeitos do disposto no presente artigo, é considerado responsável pela contra-ordenação a agência de publicidade, se identificável, ou o anunciante.
7. Em caso de negligência, os montantes máximos previstos nos números anteriores são reduzidos a metade.
8. A determinação da medida concreta da coima far-se-á em função da gravidade objectiva da contra-ordenação e da censura subjectiva da mesma, ponderada a situação económica do agente, o benefício obtido pela prática da infracção, e a existência ou não de reincidência.
9. A aplicação das coimas a que se referem os números anteriores é da competência do Presidente da Câmara, ou do Vereador com competência delegada, e deverá ser precedida da instauração do respectivo processo de contra-ordenação.
10. As receitas provenientes da aplicação de coimas revertem para a o Município.

Artigo 40.º

Planos de Pormenor

Os planos de pormenor a vigorar na área do Município poderão estabelecer disposições específicas sobre suportes publicitários, em complemento às disposições do presente Regulamento.

PARTE III

DA OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO

Artigo 41.º

Âmbito de aplicação

1. A presente parte aplica-se a toda a ocupação do domínio público na área territorial do Concelho de Melgaço, qualquer que seja o meio de instalação utilizado, no solo, subsolo ou no espaço aéreo.
2. Exclui-se do âmbito de aplicação do presente regulamento a ocupação da via pública:
 - a. Por motivo de venda ambulante;
 - b. Com suportes para sinalização de tráfego horizontal, vertical e luminoso;
 - c. Prevista no Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação;
 - d. Prevista no Regulamento de Locação de Espaços Públicos;
 - e. Prevista no Regulamento de Organização e Exploração do Edifício do Mercado Municipal;
 - f. Prevista no Regulamento de Organização e exploração do Centro Coordenador de Transportes.

Artigo 42.º

Ocupação de Domínio Público

A ocupação do domínio público fica sujeita a licenciamento municipal, nos termos e condições, estabelecidas na presente Parte.

Artigo 43.º

Licenciamento

1. Estão sujeitas a licenciamento as ocupações do domínio público, designadamente com os seguintes equipamentos:
 - a. Quiosques;
 - b. Alpendres fixos ou articulados, não integrados nos edifícios;
 - c. Construções ou instalações provisórias por motivo de festejos ou outras celebrações para o exercício de comércio;
 - d. Circos, carrosséis e outros similares;
 - e. Rampas de acesso para deficientes motores e trabalhos acessórios para eliminação de barreiras arquitectónicas;
 - f. Ocupação de domínio público subterrâneo;
 - g. Floreiras;

- h. Instalação de equipamentos (painel, pendão, placas ou quaisquer outras infra-estruturas destinadas a publicidade ou divulgação diversa).
2. O licenciamento dos equipamentos previstos no n. 1 que determinem a instalação, em áreas sujeitas a regimes de protecção do Parque Nacional da Peneda-Gerês, de estruturas construídas com materiais ligeiros, nomeadamente pré-fabricados que permitam a sua fácil desmontagem e remoção, carece de autorização do ICNB.

Artigo 44.º

Do pedido de licenciamento

1. O pedido de licenciamento para ocupação do domínio público deve ser formulado em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.
2. No requerimento deverão constar as seguintes menções:
 - a. Identificação do requerente, com o nome, número de identificação fiscal, estado civil, profissão, domicílio, número e data de emissão do bilhete de identidade e arquivo de identificação, no caso de pessoas singulares, e número do cartão de pessoa colectiva, no caso de pessoas colectivas;
 - b. O nome do estabelecimento comercial e cópia do alvará de licença de utilização, se aplicável;
 - c. O ramo da actividade exercido;
 - d. Local exacto onde pretende efectuar a ocupação,
 - e. O período da ocupação.
3. O requerimento deve ser acompanhado de:
 - a. Planta de localização fornecida pela Câmara Municipal com a identificação do local previsto para a ocupação;
 - b. Planta de situação ou fotografia a cores indicando o local previsto para a fixação, colada em folha A4;
 - c. Desenho do meio ou artigo a utilizar na ocupação, com a indicação da forma, dimensão, balanço e distância ao limite exterior do passeio;
 - d. Memória descritiva indicativa dos materiais, cores, configuração e legendas a utilizar e outras informações julgadas necessárias para uma melhor apreciação do requerimento.
 - e. Seguro de responsabilidade civil com a mesma duração da ocupação pretendida.
4. Sem prejuízo das taxas devidas pela intervenção de entidades externas a consultar, ao licenciamento aplicam-se as taxas e isenções previstas no regulamento de liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais e tabela anexa.
5. Para além dos elementos constantes nos n.ºs 2 e 3 poderão ser exigidos outros, designadamente quando a ocupação seja com recintos Improvisados / Itinerantes.
6. O procedimento extingue-se por não pagamento da taxa no prazo fixado para o efeito.

Artigo 45.º

Da licença

1. A licença de ocupação de espaço público tem sempre carácter precário, sendo emitida, em regra, pelo período de um ano renovável por iguais e sucessivos períodos de tempo até à sua caducidade que ocorrerá a pedido do interessado com uma antecedência mínima de 30 dias, ou por decisão da Câmara Municipal devidamente fundamentada.
2. O licenciamento obedece ao pressuposto de realização do interesse público e visa compatibilizar a finalidade da ocupação com as necessidades sociais e as características do meio envolvente.
3. Quando imperativos de reordenamento do espaço público, designadamente a aprovação de planos municipais de ordenamento do território, de execução de obras ou outras, de manifesto interesse público assim o justifique, poderá ser ordenada pela Câmara Municipal a remoção de equipamentos ou a sua transferência para outro local do concelho.

Artigo 46.º

Mupis e equipamentos

1. A licença de ocupação dos Mupis ou tem uma validade quinzenal podendo ser renovada no máximo 4 vezes por igual período de tempo, mediante pagamento de

- taxa quinzenal e no caso de não existirem novas pretensões para a utilização do mesmo.
2. A licença de ocupação de equipamentos municipais (painel, pendão, placas ou quaisquer outras infra-estruturas destinadas a publicidade ou divulgação diversa) tem uma validade mensal podendo ser renovada no máximo 4 vezes por igual período de tempo, mediante pagamento da taxa mensal e no caso de não existirem novos pedidos para ocupação daqueles espaços.
 3. Quando coexistirem pedidos para o mesmo período, ou em parte coincidente com esse período, e para os mesmos equipamentos, será atribuída a licença por ordem de entrada dos pedidos.

Artigo 47.º

Competência para a emissão da licença

A competência para a emissão da licença de ocupação do espaço público é da Câmara Municipal.

Artigo 48.º

Natureza da licença

A licença de ocupação do espaço público é pessoal e não pode ser transmitida a qualquer título, designadamente através de arrendamento, cedência de exploração e franchising, com excepção do disposto no artigo seguinte.

Artigo 49.º

Mudança de titularidade

1. A mudança da titularidade da licença de ocupação do espaço público poderá ser autorizada pela Câmara Municipal caso se verifiquem, cumulativamente, as seguintes situações:
 - a. Encontrem-se pagas as taxas devidas;
 - b. Não se verifique alteração ao objecto do licenciamento, com excepção de obras de beneficiação, que poderão ser condicionantes da autorização da mudança de titularidade;
 - c. O requerente apresentar prova da legitimidade do seu interesse, mediante a invocação de motivos devidamente justificados.
2. Na licença de ocupação do domínio público será averbada a identificação do novo titular.
3. Pela mudança de titularidade, o novo titular fica autorizado, após o pagamento da taxa de averbamento, a ocupar o espaço público até ao fim do prazo de duração da licença a que estava autorizado o anterior titular.

Artigo 50º

Caducidade da licença

1. A licença de ocupação do espaço público caduca nas seguintes situações:
 - a. O titular não levantar o alvará de licenciamento no prazo de 30 dias a contar da data da notificação do deferimento do pedido de licenciamento.
 - b. Quando tiver expirado o período de tempo autorizado a cada licenciamento da ocupação do espaço público;
 - c. Por morte, declaração de insolvência, falência ou outra forma de extinção do titular;
 - d. Por perda pelo titular do direito ao exercício da actividade a que se reporta a licença.

Artigo 51.º

Regime Simplificado

1. O interessado na exploração de um estabelecimento onde se realize qualquer actividade económica deve usar o «Balcão do empreendedor» para declarar que pretende ocupar o espaço público para algum ou alguns dos seguintes fins:
 - a. Instalação de toldo e respectiva sanefa;

- b. Instalação de esplanada aberta;
 - c. Instalação de estrado e guarda-ventos;
 - d. Instalação de vitrina e expositor;
 - e. Instalação de suporte publicitário, nos casos em que é dispensado o licenciamento da afixação ou da inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial;
 - f. Instalação de arcas e máquinas de gelados;
 - g. Instalação de brinquedos mecânicos e equipamentos similares;
 - h. Instalação de floreira;
 - i. Instalação de contentor para resíduos.
2. O interessado na exploração de um estabelecimento deve igualmente usar o «Balcão do empreendedor» para comunicar a cessação da ocupação do espaço público para os fins anteriormente declarados.
 3. No caso da cessação da ocupação do espaço público resultar do encerramento do estabelecimento, dispensa-se a comunicação referida no número anterior, bastando para esse efeito a comunicação de encerramento no «Balcão do empreendedor» no prazo máximo de 60 dias após a sua ocorrência.
 4. A ocupação do espaço público para fins distintos dos mencionados no n.º 1 segue o regime geral de licenciamento de ocupação do domínio público.
 5. Aplica-se o regime da mera comunicação prévia à declaração referida no n.º 1 se as características e localização do mobiliário urbano respeitarem os seguintes limites:
 - a. No caso dos toldos e das respectivas sanefas, das floreiras, das vitrinas, dos expositores, das arcas e máquinas de gelados, dos brinquedos mecânicos e dos contentores para resíduos, quando a sua instalação for efectuada junto à fachada do estabelecimento;
 - b. No caso das esplanadas abertas, quando a sua instalação for efectuada em área contígua à fachada do estabelecimento e a ocupação transversal da esplanada não exceder a largura da fachada do respectivo estabelecimento;
 - c. No caso dos guarda-ventos, quando a sua instalação for efectuada junto das esplanadas, perpendicularmente ao plano marginal da fachada e o seu avanço não ultrapassar o da esplanada;
 - d. No caso dos estrados, quando a sua instalação for efectuada como apoio a uma esplanada e não exceder a sua dimensão;
 - e. No caso dos suportes publicitários:
 - i. Quando a sua instalação for efectuada na área contígua à fachada do estabelecimento e não exceder a largura da mesma; ou
 - ii. Quando a mensagem publicitária for afixada ou inscrita na fachada ou em mobiliário urbano referido nas alíneas anteriores.
 6. A mera comunicação prévia referida no número anterior consiste numa declaração que permite ao interessado proceder imediatamente à ocupação do espaço público, após o pagamento das taxas devidas.
 7. Sem prejuízo de outros elementos identificados em portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da modernização administrativa, das autarquias locais e da economia, a mera comunicação prévia referida nos números anteriores contém:
 - a. A identificação do titular da exploração do estabelecimento, com menção do nome ou firma e do número de identificação fiscal;
 - b. O endereço da sede da pessoa colectiva ou do empresário em nome individual;
 - c. O endereço do estabelecimento ou armazém e o respectivo nome ou insígnia;
 - d. A indicação do fim pretendido com a ocupação do espaço público;
 - e. A identificação das características e da localização do mobiliário urbano a colocar;
 - f. A declaração do titular da exploração de que respeita integralmente as obrigações legais e regulamentares sobre a ocupação do espaço público.
 8. Aplica-se o regime da comunicação prévia com prazo à declaração referida no n.º 1 se as características e localização do mobiliário urbano respeitarem os seguintes limites:
 - a. No caso dos toldos e das respectivas sanefas, das floreiras, das vitrinas, dos expositores, das arcas e máquinas de gelados, dos brinquedos mecânicos e dos contentores para resíduos, quando a sua instalação for efectuada junto à fachada do estabelecimento;

- b. No caso das esplanadas abertas, quando a sua instalação for efectuada em área contígua à fachada do estabelecimento e a ocupação transversal da esplanada não exceder a largura da fachada do respectivo estabelecimento;
 - c. No caso dos guarda-ventos, quando a sua instalação for efectuada junto das esplanadas, perpendicularmente ao plano marginal da fachada e o seu avanço não ultrapassar o da esplanada;
 - d. No caso dos estrados, quando a sua instalação for efectuada como apoio a uma esplanada e não exceder a sua dimensão;
 - e. No caso dos suportes publicitários;
 - f. Quando a sua instalação for efectuada na área contígua à fachada do estabelecimento e não exceder a largura da mesma; ou
 - g. ii) Quando a mensagem publicitária for afixada ou inscrita na fachada ou em mobiliário urbano referido nas alíneas anteriores.
9. A comunicação prévia referida no número anterior consiste numa declaração que permite ao interessado proceder à ocupação do espaço público, quando o Presidente da Câmara municipal territorialmente competente emita despacho de deferimento ou quando este não se pronuncie no do prazo de 20 dias, contado a partir do momento do pagamento das taxas devidas.
 10. O titular da exploração do estabelecimento é obrigado a manter actualizados todos os dados comunicados, devendo proceder a essa actualização no prazo máximo de 60 dias após a ocorrência de qualquer modificação, salvo se esses dados já tiverem sido comunicados por força da obrigação geral de actualização de dados no prazo máximo de 60 dias após a ocorrência de qualquer alteração,
 11. Sem prejuízo da observância dos critérios definidos nos termos do artigo seguinte, a mera comunicação prévia ou o deferimento da comunicação prévia com prazo, dispensam a prática de quaisquer outros actos permissivos relativamente à ocupação do espaço público, designadamente a necessidade de proceder a licenciamento ou à celebração de contrato de concessão.
 12. O disposto no número anterior não impede o Município de ordenar a remoção do mobiliário urbano que ocupar o espaço público quando, por razões de interesse público devidamente fundamentadas, tal se afigure necessário.

Artigo 52.º

Critérios para ocupação do espaço público

1. A ocupação do espaço público está sujeita aos seguintes requisitos:
 - a. Não provocar obstrução de perspectivas panorâmicas ou afectar a estética ou o ambiente dos lugares ou da paisagem;
 - b. Não prejudicar a beleza ou o enquadramento de monumentos nacionais, de edifícios de interesse público ou outros susceptíveis de ser classificados pelas entidades públicas;
 - c. Não causar prejuízos a terceiros;
 - d. Não afectar a segurança das pessoas ou das coisas, nomeadamente na circulação rodoviária ou ferroviária;
 - e. Não apresentar disposições, formatos ou cores que possam confundir-se com os da sinalização de tráfego;
 - f. Não prejudicar a circulação dos peões, designadamente dos cidadãos portadores de deficiência.
2. Sem prejuízo das regras contidas no n.º 1, a ocupação do espaço público não pode prejudicar:
 - a. A saúde e o bem-estar de pessoas, designadamente por ultrapassar níveis de ruído acima dos admissíveis por lei;
 - b. O acesso a edifícios, jardins e praças;
 - c. A circulação rodoviária e pedonal, designadamente de pessoas com mobilidade reduzida;
 - d. A qualidade das áreas verdes, designadamente por contribuir para a sua degradação ou por dificultar a sua conservação;
 - e. A eficácia da iluminação pública;
 - f. A eficácia da sinalização de trânsito;
 - g. A utilização de outro mobiliário urbano;
 - h. A acção dos concessionários que operam à superfície ou no subsolo;

- i. O acesso ou a visibilidade de imóveis classificados ou em vias de classificação ou onde funcionem hospitais, estabelecimentos de saúde, de ensino ou outros serviços públicos, locais de culto, cemitérios, elementos de estatuária e arte pública, fontes, fontanários e chafarizes;
 - j. Os direitos de terceiros.
3. O disposto no presente artigo não impede o Município de proibir a ocupação do espaço público, para algum ou alguns dos fins previstos no artigo anterior, em toda a área do Município ou apenas em parte dela.
4. Os critérios elaborados nos termos dos números anteriores serão disponibilizados para consulta no «Balcão do empreendedor».
5. Nos casos em que a instalação dos equipamentos de ocupação do domínio público carecem de autorização ou parecer vinculativo de outras entidades não será deferido o licenciamento sem que aqueles tenham sido emitidos.

Artigo 53.º

Contra-ordenações

1. Constitui contra-ordenação punível com coima graduada entre € 500,00 a € 1000,00 em caso de pessoas singulares e € 1500,00 a € 3000,00 em caso de pessoas colectivas, a violação de quaisquer normas constantes da presente parte.
2. À determinação da coima, das sanções acessórias e às regras do processo aplicam-se as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de Setembro, e demais legislação aplicável.

Artigo 54.º

Ocupação ilícita do espaço público

1. O Município pode, notificado o infractor, remover ou por qualquer forma inutilizar os elementos que ocupem o espaço público em violação das disposições no presente capítulo, bem como realizar as obras necessárias à reconstituição da situação que existia se não se tivesse verificado o evento que obriga à reparação.
2. O Município, notificado o infractor, é igualmente competente para embargar ou demolir obras quando contrariem o disposto no presente capítulo.
3. Aos trabalhos realizados pelo Município em substituição do particular aplicam-se as taxas respectivas consagradas no regulamento de liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais e tabela anexa.

PARTE IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 55.º

Contagem de prazos

Todos os prazos fixados no presente Regulamento contam-se nos termos previstos no artigo 72.º do Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 56.º

Regime transitório - Publicidade

Os titulares de licenças de afixação ou inscrição de mensagens publicitárias que não estejam em conformidade com as disposições do presente Regulamento devem, no prazo de 180 dias a contar da sua entrada em vigor, retirar a publicidade dos respectivos locais ou requerer a sua regularização.

Artigo 57.º

Regime transitório de licenciamento – Ocupação domínio público subterrâneo

1. Todos os proprietários de condutas, depósitos ou outras instalações imersas no espaço público subterrâneo que não estejam licenciados deverão proceder à sua regularização nos termos do presente regulamento no prazo de 3 meses a contar da data da sua publicação, sob pena de, e sem prejuízo da responsabilidade contra-ordenacional, o Município excluir qualquer responsabilidade pelos danos que possam ocorrer durante quaisquer intervenções por si promovidas nesse domínio público.

2. As ocupações existentes até 31 de Dezembro de 2011, são abrangidas por a taxa especial prevista no regulamento de liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais.
3. Em caso de conflito entre uma pretensão de ocupação efectuada no âmbito do presente Regulamento e uma ocupação existente não licenciada, prevalecerá a primeira sendo o proprietário da segunda notificado para proceder à sua remoção no prazo de 10 dias úteis, findo esse período o Município executará essa remoção a expensas do particular nos termos previstos no artigo 41.º do regulamento de liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais.

Artigo 58.º

Dúvidas e omissões

Todas as dúvidas e omissões que eventualmente surjam na aplicação ou interpretação do presente Regulamento serão resolvidas mediante deliberação da Câmara Municipal.

Artigo 59.º

Direito subsidiário

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Regulamento recorrer-se-á à lei geral, aos princípios gerais de direito e, na sua falta ou insuficiência, às disposições da lei civil.

Artigo 60.º

Norma revogatória

Com a entrada em vigor do presente Regulamento são revogadas todas as normas regulamentares sobre a matéria, em vigor no Município.

Artigo 61.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia útil imediatamente a seguir à sua publicação no site oficial da Autarquia.